SOLICITAÇÃO Nº00000177 - ANULAÇÃO DE CRÉDITO ORDINÁRIO

			Total da Unidade Orçamentária:		266.140,00
			Total da Secretaria:		266.140,00
Secretaria:	47000000	SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL			
Órgão:	47200002	FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
Unid. Orçamentária:	47200002	FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
Região		Grupo de Despesa	Fonte	Tipo	Valor
	08.122.714	Gestão das Políticas do Trabalho e Assistência Social			
	20532	Desenvolvimento e Implementação do Sistema Estadual de Vigilância Social			
22	ESTADO DO CEARÁ	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	00	0	188.764,18
	08.242.074	Programa de Atenção à Pessoa Com Deficiência			
	11196	Construção do Cnetro Integrado de Atenção à Pessoa com Deficiência			
01	RMF	INVESTIMENTOS	00	0	18.000,00
	08.243.713	Proteção Social Especial			
	20468	Proteção Social Especial ao Adolescente em Conflito com a Lei			
01	RMF	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	00	0	139.573,39
02	LITORAL OESTE	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	00	0	1.050,00
		INVESTIMENTOS	00	0	525,00
03	SOBRAL/IBIAPABA	INVESTIMENTOS	00	0	76,41
04	SERTÃO DE INHAMUS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	00	0	53,96
08	CARIRI/CENTRO SUL	INVESTIMENTOS	00	0	42.763,68
	08.244.022	Proteção Social Básica			
	20777	Fortalecimento da Rede Sócio-Assistencial - Subvenção Social			
02	LITORAL OESTE	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10	0	48.684,28
05	SERTÃO CENTRAL	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10	0	3.882,00
07	LITORAL LESTE/JAGUARIBE	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10	0	3.870,22
08	CARIRI/CENTRO SUL	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10	0	56.762,10
	08.244.713	Proteção Social Especial			
	20462	Implantação e Co-Financiamento dos Centros de Referência Especializados - CREAS			
01	RMF	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	00	0	213.276,00
	08.845.713	Proteção Social Especial			
	20784	Fortalecimento da Rede Socioassistenciais/Proteção Social Especial			
06	BATURITÉ	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	00	0	500,00
			Total da Unidade Orçamentária:		717.781,22
			Total da Secretaria:		717.781,22
			Total da Solicitação:		1.022.121,22

*** **

DECRETO Nº29.445, de 17 de setembro de 2008.

DISPÕE SOBRE A DISPENSA DO PONTO DOS SERVIDORES E MILITARES ESTADUAIS MATRICULADOS EM CURSOS DE FORMAÇÃO E TREINAMENTO PROFISSIONAL.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art.88, inciso IV, da Constituição Estadual; CONSIDERANDO a necessidade de disciplinar, de forma genérica e definitiva, a dispensa do ponto dos servidores civis e de militares do Estado do Ceará, matriculados em cursos de formação e treinamento profissional, como recomendam os princípios norteadores da boa administração, mormente o princípio constitucional da eficiência previsto no caput do Art.37, da Constituição Federativa do Brasil, evitando-se, com isso, que a cada curso tenha-se que baixar um decreto, advindo daí uma economia de tempo e de gasto com papel e material de informática ocorrido sempre a cada edição de um novo decreto versando sobre a matéria; CONSIDERANDO que esse tipo de afastamento temporário do servidor público constitui-se em uma autorização de natureza discricionária, pautada sempre no interesse maior da Administração Pública, DECRETA:

Art.1º Os servidores civis e militares estaduais, aprovados em concurso público estadual, e que estejam matriculados nos respectivos cursos de formação e treinamento profissional, ficam autorizados a deles participar, sendo dispensados do "ponto" do seu cargo/função, visando a permitir a sua regular frequência no curso.

§1º. Para fazer jus ao benefício a que se refere o "caput", deverá o servidor civil ou militar estadual formular o pedido de afastamento ao dirigente máximo do Órgão a que pertence, anexando ao seu requerimento comprovante de matrícula no curso de formação e treinamento profissional, cujo dirigente, verificando a regularidade da documentação apresentada, deferirá o pedido.

§2º Os servidores civis e militares estaduais que solicitarem a dispensa do "ponto" não poderão perceber bolsa em decorrência do curso de formação ou treinamento profissional.

Art.2º O não comparecimento injustificado às aulas do curso de formação e treinamento profissional por parte dos servidores civis e

militares estaduais será considerada falta ao serviço público estadual, pela qual responderão o servidor civil ou militar estadual na conformidade do que dispuser a respeito o regime jurídico a que estiver sujeito.

§1º Para continuar a fazer jus à autorização de afastamento, deverá o servidor ou militar estadual apresentar ao Setor de Pessoal do seu órgão, até o 5º dia útil do mês subsequente, a sua frequência no curso de formação profissional relativa ao mês anterior, fornecida pela Entidade de Ensino promovente do curso, apresentando, ainda, até o 5º dia útil ao término do curso, a sua frequência relativa aos dias restantes, se for o caso.

§2º Quando o servidor civil ou o militar estadual deixar de comparecer ao curso de treinamento e formação profissional ou dele se afastar injustificadamente, por período superior ao permitido pela Entidade de Ensino, terá sua autorização de afastamento que trata este Decreto automaticamente cancelada, devendo retornar imediatamente às suas atividades no órgão de lotação.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO IRACEMA, DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 17 de setembro de 2008.

Cid Ferreira Gomes

GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ

Silvana Maria Parente Neiva Santos

SECRETÁRIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO

Roberto das Chagas Monteiro

SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

*** **

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR a servidora, **MARFISA MARIA DE AGUIAR FERREIRA XIMENES**, ocupante do cargo de Conselheira do Conselho Diretor da ARCE, matrícula 55-1-7, desta Autarquia, a **viajar** à cidade de Santiago do Chile, no período de 12 à 16 de outubro de 2008, com objetivo de participar do XXXI Congresso Interamericano de Engenharia Sanitária e Ambiental, concedendo-lhe 5 (cinco) diárias e meia no valor unitário de R\$441,58 (quatrocentos e quarenta e um reais e cinquenta e oito centavos), totalizando R\$2.428,68 (dois mil, quatrocentos e vinte e oito reais e sessenta e oito centavos) e ajuda de